

Patrimônio perdido nos Caics

Valéria Feitoza

Da equipe do **Correio**

Dezenas de berços amontoados em um depósito. Carteiras velhas e quebradas expostas ao sol e à chuva. Freezers usados como despensas. Cadeiras odontológicas, cozinhas industriais e máquinas de lavar danificadas por falta de uso e manutenção. O projeto pedagógico dos Centros de Atenção Integral à Criança (Caics) não foi a única vítima do abandono por parte do governo federal. Em todos os 444 Caics do Brasil, retratos do mau uso e do desperdício do patrimônio se repetem.

No último dia 2 de junho, o **Correio** denunciou a falência completa de um programa que foi criado com o objetivo de revolucionar a educação no país. Os Caics, construídos entre 1991 e 1994, deveriam ser os templos de um sistema educacional concebido de forma totalmente diferente do ensino tradicional, para garantir educação integral à criança. Mas o abandono e o descaso do governo federal, a partir de 1995, acabaram por sucatear as escolas e, gradativamente, matar o projeto pedagógico que as sustentava.

Em novembro de 2000 — cinco anos depois da extinção do programa que norteava o fun-

Sérgio Amaral 29.4.02



OS BERÇOS AMONTOADOS NO CAIC BERNARDO SAYÃO NÃO PODEM SER DOADOS

cionamento dos Caics — o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou um relatório alertando para as péssimas condições de uso e manutenção do mobiliário e dos equipamentos dos 444 centros construídos no Brasil. O documento, feito após uma visita de técnicos a dez Caics do DF, foi enviado ao Ministério da Educação e a todas as secretarias estaduais e municipais, que herdaram as escolas. Mas nenhuma providência foi tomada para reverter a situação.

Ainda hoje, muitos Caics conservam o mobiliário original de quando foram construídos. Mas,

como na maioria deles o projeto pedagógico sequer chegou a ser executado, muitos equipamentos e materiais acabaram sem uso. Hoje, eles lotam depósitos e salas de aula, amontoados e expostos ao tempo. Poucas foram as diretorias que se preocuparam em dar destino mais adequado ao mobiliário ocioso.

O relatório cita o exemplo do Caic Bernardo Sayão, em Ceilândia. A escola deveria ter uma creche e chegou a dispor do mobiliário e do espaço necessários, mas o projeto nunca foi implantado. A diretoria decidiu em prestar os berços e colchões,

que nunca haviam sido usados, a uma instituição de atendimento a crianças carentes, que os devolveu quando recebeu seus próprios equipamentos.

Na maioria das outras escolas, segundo o relatório do TCU, “muitos dos equipamentos mais sofisticados, como cadeiras odontológicas e máquinas de lavar, por exemplo, não mais funcionam e necessitam de conserto. (...) Consequentemente, os bens defeituosos vão se acumulando até se tornarem inservíveis”.

O desperdício de patrimônio deve-se a um entrave burocrático. O MEC entregou aos estados e municípios, em 1995, a responsabilidade sobre os Caics, mas nunca concretizou a doação formal dos bens. “Como parte do mobiliário é propriedade do Ministério, os atuais responsáveis pela administração dos centros encontram-se impedidos, no âmbito de seus governos, de dar uma destinação mais adequada aos bens que se encontram ociosos”, afirma o relatório do TCU.

Na época da elaboração do relatório, o Tribunal deu prazo de 90 dias para que o MEC localizasse todos os processos de doação de bens relativos aos Caics e desse andamento a eles. Até hoje, entretanto, isso não ocorreu.